

# Sarney diz que reforma ameaça União

SEGUNDO PRESIDENTE DO CONGRESSO, PERDAS TRIBUTÁRIAS DOS ESTADOS PODEM LEVAR À FORMAÇÃO DE MOVIMENTOS SEPARATISTAS

- 5 SET 1995

JORNAL DA TARDE

## As reformas do semestre

### • Petróleo

Aprovada em dois turnos pela Câmara, a emenda que flexibiliza o monopólio do petróleo já foi aprovada pela CCJ do Senado. O primeiro turno de votação pelo plenário deve ocorrer no próximo dia 19 e o segundo turno no dia 4 de outubro.

### • CMF

A emenda do senador Antônio Carlos Valadares (PP-SE) institui uma nova versão do imposto sobre o cheque, sendo que a arrecadação fica vinculada a aplicações na área da saúde. A CCJ do Senado já aprovou a constitucionalidade da medida, que deverá chegar ao plenário na próxima semana, onde terá de ser votada em dois turnos. Se for aprovada, segue para a Câmara, mas a emenda enfrenta a resistência de parlamentares de todos os partidos.

### • FSE

O governo quer prorrogar o Fundo Social de Emergência até 1999. A CCJ da Câmara já aprovou a proposta, que agora deve ser apreciada por uma Comissão Especial antes de seguir para o plenário da Câmara, que precisa aprová-la em dois turnos. Se isto ocorrer, segue para o Senado, onde repete toda a tramitação. O governo precisa aprová-la até o final do ano para entrar em vigor já em 96.

### • Reforma Administrativa

Seus principais pontos são a flexibilização da estabilidade do funcionalismo e o fim da isonomia. Embora encontre resistência por parte de parlamentares, os governadores apoiam as medidas e devem lutar pela aprovação da proposta, que está dividida em duas emendas. Elas estão sendo apreciadas pelos relatores na CCJ da Câmara. Se forem admitidas, terão de ser votadas em dois turnos pela Câmara e pelo Senado.

### • Reforma Tributária

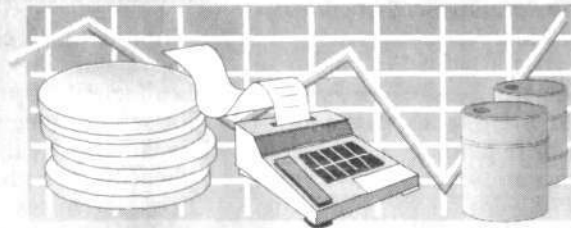
Deverá ter tramitação difícil. É bombardeada por governadores, que perderão autonomia para conceder benefícios fiscais, e por parlamentares, contrários à possibilidade de adoção de empréstimo compulsório e da quebra do sigilo bancário. O relator, deputado Régis de Oliveira (PFL-SP), já avisou que vai rejeitar a quebra do sigilo. Se for admitida pela CCJ, segue para o plenário da Câmara para ser votada em dois turnos. Depois, segue para o Senado.

### • Reforma da Previdência

Apresentada ao Congresso em março, está tramitando lentamente, atropelada pelas reformas da Ordem Econômica e, agora, pelas novas propostas do governo. Teve duas de suas emendas rejeitadas pela CCJ da Câmara. As votações em plenário devem começar ainda neste semestre, mas o ministro Reinhold Stephanes acredita que só deverá ser aprovada no próximo ano.

### • Ordem Econômica

As emendas que flexibilizam o monopólio das telecomunicações, da distribuição do gás canalizado e das embarcações brasileiras na navegação costeira e de interior já foram aprovadas e promulgadas, assim como a proposta que muda o conceito de empresa brasileira. Com exceção desta última, as demais ainda precisam ser regulamentadas.



O presidente do Senado e do Congresso, José Sarney (PMDB-AP), declarou ontem que a estabilidade da federação correrá riscos se a proposta de reforma tributária do presidente Fernando Henrique Cardoso for aprovada. "Como homem público não posso deixar de fazer este alerta", disse Sarney. Segundo o senador, a situação já é grave e quanto mais os Estados caminharem para a falência maiores serão as possibilidades de "fraturas" na União. Sarney afirmou que o perigo de surgimento de movimentos separatistas não existe já, nesta geração, "mas poderá aparecer mais à frente".

O presidente do Congresso disse que a reforma que está sendo debatida tem um enfoque errado, porque não simplifica os impostos nem amplia a base de arrecadação. Sarney criticou também, de forma indireta, a proposta do governo de criar um fundo de compensação para os Estados que perderem receita com a reforma tributária, ao afirmar que as soluções devem ser definitivas. Os fundos de compensação devem acabar alguns anos depois da entrada em vigor da reforma tributária proposta pelo presidente Fernando Henrique.

A Constituição de 1988 também foi atacada pelo presidente do Senado, durante visita de cerca de 20 presidentes de As-



José Paulo Loccedari/AE - 15/2/95

**SARNEY AFIRMA QUE A REFORMA TEM UM ENFOQUE ERRADO. E TERMINA HOJE O PRAZO PARA QUE O RELATOR DA PROPOSTA NA CCJ DÊ SEU PARECER**

sembléias Legislativas a seu gabinete. "Alertei para os problemas da Constituição e acabei sendo um bom profeta", afirmou. "Desejaria não ter sido." Segundo Sarney, a Constituição de 88 "criou uma fórmula impossível, pois ampliou os direitos sociais e civis, mas gerou no povo a frustração por não conseguir alcançar estes direitos".

Termina hoje na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara o prazo para que os três relatores das propostas das

emendas de reforma tributária e administrativa entreguem seus pareceres sobre a admissibilidade dos projetos.

A Câmara também inicia hoje os debates sobre o projeto de lei que fixa as normas para a realização das eleições municipais de 3 de outubro de 1996. A proposta, que terá de ser votada até o próximo dia 2 de outubro para que possa entrar em vigor no ano que vem, deve ocupar toda a agenda da Casa nesta semana, por causa do feriado de 7 de setembro.

Já o Senado dará início aos debates sobre a Lei dos Partidos Políticos, que tem prazo final de aprovação também em 2 de outubro. O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Carlos Velloso, vai participar das discussões, juntamente com o relator da proposta, deputado João Almeida (PMDB-BA). O relator no Senado é o líder do PSDB, senador Sérgio Machado (CE).

Ontem começou a correr o prazo de 40 sessões para que as comissões especiais votem as emendas constitucionais da Previdência Social e do Fundo Social de Emergência (FSE). Se a tramitação seguir os prazos, as emendas deverão chegar ao plenário da Câmara no início de novembro. As comissões especiais, porém, ainda não foram constituídas.

João Domingos/AE